

Estudo Técnico Preliminar 12/2021

1. Informações Básicas

Número do processo: 54000.095526/2021-21

2. Descrição da necessidade

A necessidade de adquirir a plataforma de acessibilidade se dá em virtude da inviabilidade das manutenções e adequações no elevador ora existente no Edifício Sede do INCRA/RN, pois o mesmo foi instalado no ano de 2004 e permanece sem as devidas manutenções e sem funcionamento.

Justifica-se em virtude da necessidade de adequar o espaço físico da Superintendência Regional para atendimento propício aos servidores, colaboradores e visitantes com dificuldade de mobilidade, promovendo ação contínua de acessibilidade física, atendendo as exigências dispostas na Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000.

É dever da Administração Pública propiciar meios de acessibilidade universal a todos os cidadãos, conforme estabelece a Constituição Federal. Assim, a solução de instalar a plataforma visa suprir demanda de acessibilidade aos funcionários e visitantes com dificuldade de locomoção e portadores de necessidades especiais, acesso de pessoas idosas, cadeirantes, possibilitando o acesso nas dependências do prédio.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão Operacional	Reagan Targino Santos

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para que o INCRA/RN, possa ter as suas necessidades pelos serviços objeto desta contratação atendidas, a empresa contratada deverá:

- Disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente registrada, para a prestação dos serviços, bem como os demais materiais, peças, ferramentas e equipamentos necessários à execução das atividades;
- Fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) em bom estado de utilização aos seus funcionários, prezando pela saúde e segurança durante a execução dos serviços;
- Manter equipamentos e demais materiais necessários à prestação dos serviços em bom estado de funcionamento, evitando danos às pessoas e ao estado das instalações da Instituição.
- O serviço e o equipamento devem atender às normas da ABNT, em especial as Normas: NBR 9050, NBR 16865 e NBR 15564.
- A CONTRATADA deverá possuir no seu quadro de funcionários, profissional(is) com atribuições necessárias para execução dos serviços pertinentes ao objeto;
- São considerados profissionais habilitados para responder tecnicamente e responsabilizar-se pelo serviço desse objeto, qualquer profissional enquadrado no art. 12 da Resolução nº 218, de 29 junho de 1973 do CONFEA;
- A responsabilidade técnica pelo fornecimento e instalação dos bens, bem como a execução de todos os testes necessários e dos demais serviços que compõem o objeto, ficará a cargo da CONTRATADA, sendo o seu dever registrar todas ART's e outros documentos legais necessários para a perfeita execução dos serviços com segurança e qualidade, junto ao CREA-RN.

- Os serviços objeto desta contratação possuem natureza continuada sem dedicação exclusiva de mão de obra, tendo como escopo a obtenção do serviço de instalação de um produto específico em um período pré-determinado;
- Respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental no fornecimento da execução dos serviços e no fornecimento de insumos, observando, no que for cabível, a Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que versa sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e a Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A Contratada deverá:

- Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos;
- Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- Adotar medidas para evitar o desperdício de água potável, com verificação da normalização de equipamentos quanto ao seu funcionamento (se estão regulados, quebrados ou com defeitos), bem como práticas de racionalização, em conformidade com o Decreto nº 48.138, de 08/10/2003;
- Racionalizar o consumo de energia elétrica, com utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme regulamentações, para os casos possíveis;
- Utilizar pilhas e baterias com composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio, conforme Resolução CONAMA nº 401/2008;
- Apresentar composição química dos produtos utilizados na prestação dos serviços, quando solicitado pela Contratante;
- Respeitar as Normas Brasileiras (NBR's) sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Providenciar o recolhimento dos materiais inservíveis e dos recipientes de tintas, óleos e solventes originários dos serviços executados, para posterior repasse às empresas, responsáveis pela reciclagem ou reaproveitamento dos mesmos, ou destinação final ambientalmente adequada, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais.
- Os materiais empregados pela Contratada deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto;
- A qualquer tempo a Contratante poderá solicitar à Contratada a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados;
- Os materiais fornecidos e suas embalagens deverão ser fabricados com materiais que possam ser reciclados.
- A duração do Contrato será definida em conformidade com os prazos de execução contidos no cronograma de execução dos serviços, levando em consideração o período necessário para o cumprimento das obrigações das partes;
- A Contratada deverá fornecer os manuais do equipamento, os manuais de manutenção e os planos de manutenção realizados para promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi efetuado previamente à elaboração do Estudo Preliminar desta contratação. Foi realizada Assim, optou-se pela primeira opção ofertada pela IN Nº 5/2014, a qual já faz o levantamento considerando os três mel

6. Descrição da solução como um todo

A presente contratação se configura como serviço comum continuado, sem dedicação exclusiva de mão de obra, tendo

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor de Referência
1	3557	Plataforma elevatória de acessibilidade, do tipo enclausurada, para portadores de necessidades especiais, inclusa a instalação, serviços de engenharia e todas as peças necessárias à execução, bem como as manutenções preventivas e corretivas necessárias no período de garantia do objeto (12 meses).	un	01	R\$ 69.605,22

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 69.605,22

O custo estimado da contratação é de **R\$ 69.605,22** (Sessenta e nove mil, seiscentos e cinco reais e vinte e dois centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando a natureza dos serviços, bem como todas as peculiaridades necessárias na execução das atividades, torna-se necessário que os serviços sejam prestados por uma única empresa. O art.23, § 1o da Lei nº 8.666, dispõe: "As obras, serviços e compras efetuados pela Administração serão divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala." A ordem instituída no dispositivo é clara no sentido de que o objeto seja parcelado a fim de melhor aproveitar os "recursos disponíveis no mercado" e de ampliar a "competitividade" do certame. Entretanto, o objeto em questão não é passível de parcelamento, pois trata-se de serviço comum, mas que envolve engenharia, no que concerne à instalação do equipamento. Neste sentido, a fragmentação de duas ou mais empresas pode vir a comprometer a integridade da solução, visto que pode ocorrer um jogo de empurra de responsabilidades. Assim se justifica a licitação, por empresa única, por melhoria do resultado final com apenas uma empresa responsável pela instalação e garantia de seu efetivo e seguro funcionamento.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação encontra-se prevista no *Plano Anual de Contratações*, de acordo com a IN SEGES nº 1 /2019, consoante processo administrativo nº 54000.012130/2021-57, que espelha o *Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PGC* cadastrado em rede federal (<https://pgc.planejamento.gov.br/login>). Documento SEI: 10345979.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Espera-se com esta nova contratação o amplo acesso dos usuários do serviço público e servidores aos diversos setores que compõem a Sede do INCRA/RN, atendendo a todos aos preceitos legais vigentes no que respeita a acessibilidade e garantindo a boa prestação dos serviços de atendimento por parte do órgão.

13. Providências a serem Adotadas

Considerando que a empresa a ser contratada realizará toda o serviço de instalação do equipamento e funcionamento da plataforma, faz-se necessário, a posteriori, o devido treinamento do uso do equipamento por parte de seus usuários, para que não haja problemas relativos à segurança no uso do equipamento por parte dos usuários

14. Possíveis Impactos Ambientais

A princípio, a Equipe de Planejamento da Contratação não identificou possíveis impactos ambientais que possam ocorrer em razão da aquisição do objeto desta licitação pela Superintendência Regional do Incra no Estado do Rio Grande do Norte. Quanto à logística reversa para o correto descarte ou reciclagem dos materiais inservíveis, estas seguirão às legislações vigentes de modo a sanar ou reduzir o risco de maiores impactos ambientais. Desse modo, os serviços serão executados prevendo as boas práticas de sustentabilidade encontradas no sítio do Ministério do Meio Ambiente e na legislação ambiental, as quais farão parte das obrigações previstas para a contratada.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nas informações levantadas ao longo dos estudos técnicos preliminares, conclui-se que a contratação possui razoável viabilidade de sucesso

16. Responsáveis

Conforme DOD, SEI: 10219551, Ordem de Serviço SEI: 10219551.

FABIANA DANTAS SOARES ALVES DA MOTA

Analista Administrativo

Conforme DOD, SEI: 10219551, Ordem de Serviço SEI: 10219551.

REAGAN TARGINO SANTOS

Chefe da Divisão Operacional